

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. -
Petrobras)

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Índice

Relatório dos auditores independentes	3
Balanço Patrimonial.....	7
Demonstração de Resultado	8
Demonstração de Resultados Abrangentes.....	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017	13
1. Companhia e suas operações	13
2. Base de preparação	14
3. Moeda funcional e moeda de apresentação	14
4. Uso de estimativas e julgamentos	14
5. Base de mensuração	14
6. Principais políticas financeiras.....	15
7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas	18
8. Contas a receber	21
9. Partes relacionadas	22
10. Despesas antecipadas	23
11. Diferido	24
12. Imposto de renda e contribuição social	24
13. Impostos e contribuições	24
14. Imposto de renda e contribuição social diferidos	25
15. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	26
16. Patrimônio líquido	26
17. Receitas	27
18. Custo e despesa por natureza.....	28
19. Resultado financeiro líquido	29
20. Passivo Contingente	29
21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros	30
Conselho de Administração e Diretoria Executiva.....	32



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas da

Baixada Santista Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da Baixada Santista Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Baixada Santista Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

- Conforme notas explicativas nºs 1 e 18 às demonstrações financeiras, a demonstração de resultado apresenta na rubrica de “Outras receitas líquidas” o montante de R\$ 41.209 mil, dos quais R\$ 23.763 mil referem-se a receita de aluguel de contrato de comodato de competência do exercício anterior. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2017 o lucro líquido e o patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$ 14.233 mil.
- Conforme nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresenta na rubrica de receita de arrendamento o montante de R\$ 115.080 mil relativo a “receita bruta de disponibilidade de máquinas” decorrente de contrato de arrendamento mercantil financeiro celebrado com sua controladora, dos quais R\$ 41.338 mil são de competência do exercício anterior. Em decorrência deste assunto, em 31 de dezembro de 2017 o lucro líquido e o patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$ 24.759 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase - Transações com a Controladora

Chamamos a atenção para o fato que a Companhia mantém transações relevantes de arrendamento e disponibilidade de máquinas com a sua controladora, Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, as quais estão inseridas dentro do plano de negócios desta controladora, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 9 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está, adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos das distorções descritas na seção acima intitulada "Base para opinião com ressalvas", essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram auditadas por outros auditores que emitiram relatório datado em 05 de setembro de 2017, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Em decorrência dos assuntos descritos na Seção "Base para opinião com ressalvas", concluímos que as outras informações também apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na referida seção.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo			Passivo				
	Nota	2017		2016	Nota	2017	2016
Circulante			Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		11	10	Fornecedores	3.695	1.157	
Contas a receber	8	139.395	43.975	Dividendos a pagar	16.3	5.483	-
Imposto de renda e contribuição social	12	13.130	28.433	Provisão para pesquisa e desenvolvimento		592	473
Impostos e contribuições a recuperar	13	1.539	5.546	Imposto de renda e contribuição social	12	2.437	-
Despesas antecipadas	10	46.659	42.130	Impostos e contribuições a recolher	13	2.387	4
		<u>200.734</u>	<u>120.094</u>		<u>14.594</u>	<u>1.634</u>	
Não circulante			Não circulante				
Realizável a longo prazo			Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	11.695	10.074	
Contas a receber	8	97.301	100.254				
Imposto de renda e contribuição social	12	35.920	11.955				
Outros ativos		1.503	1.503				
		<u>134.724</u>	<u>113.712</u>				
Diferido	11	5.569	7.425	Patrimônio líquido	16		
		<u>5.569</u>	<u>7.425</u>	Capital social realizado		297.136	297.136
				(Prejuízos) acumulados		-	(67.613)
				Reservas de Lucro		17.602	-
						<u>314.738</u>	<u>229.523</u>
		<u>341.027</u>	<u>241.231</u>			<u>341.027</u>	<u>241.231</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2017	2016
Receita de arrendamento	17	115.080	35.884
Custo do arrendamento	18	(85.327)	(84.153)
Lucro (prejuízo) bruto		29.753	(48.269)
Receitas (despesas)			
Gerais e administrativas	18	(3.193)	(6.486)
Tributárias	18	(8.514)	(7.560)
Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	18	-	(75.072)
Outras receitas, líquidas	18	41.209	26.205
		29.502	(62.913)
Lucro (prejuízo) antes dos resultado financeiro e impostos		59.255	(111.182)
Resultado financeiro líquido	19	40.187	49.009
Receitas financeiras		23.112	25.363
Despesas financeiras		(180)	(346)
Variações monetárias, líquidas		17.255	23.992
Lucro líquido (prejuízo) antes dos impostos		99.442	(62.173)
Imposto de renda e contribuição social	15	(8.744)	(3.169)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		90.698	(65.342)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ON (em R\$)	16.4	0,31	(0,22)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	90.698	(65.342)
Itens que não serão reclassificados para o resultado:	-	-
Ganhos (Perdas) atuariais com plano de benefícios definidos	-	-
Imposto diferido		
Resultado abrangente total	90.698	(65.342)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	<u>Reservas de lucros</u>			Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital subscrito e integralizado	Legal	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	297.136	188	2.673	(2.459)	297.538
Dividendo adicional aprovado	-	-	(2.673)	-	(2.673)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(65.342)	(65.342)
Absorção do prejuízo do exercício com reservas	-	(188)	-	188	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	297.136	-	-	(67.613)	229.523
Lucro do exercício	-	-	-	90.698	90.698
Absorção de prejuízos	-	-	-	(67.613)	-
Reserva legal	-	1.154	-	(1.154)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(5.483)	(5.483)
Dividendos adicionais propostos	-	-	16.448	(16.448)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	297.136	1.154	16.448	-	314.738

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

/

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	90.698	(65.342)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	1.856	5.866
Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	-	75.072
Variações monetárias e encargos financeiros	(31.540)	(35.098)
Rendimentos de recebíveis de ativo financeiro	(3.795)	(5.372)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	1.621	2.868
Redução (Aumento) de ativos		
Contas a receber	(9.055)	(25.400)
Contas a receber - arrendamento financeiro do turbogerador	33.025	31.345
Impostos e contribuições	(4.655)	(5.887)
Despesas antecipadas	(4.530)	(3.988)
Outros ativos	-	-
Aumento de passivos		
Fornecedores	2.539	82
Outros passivos	4.936	56
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades operacionais	81.100	(25.798)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Resgates (investimentos) em recebíveis de ativos financeiros	(81.099)	29.357
Recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de investimentos	(81.099)	29.357
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Dividendos pagos	-	(3.564)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	-	(3.564)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	1	(5)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10	15
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	11	10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2017	2016
Receita de serviços e outras receitas	168.019	65.747
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo das mercadorias	(4.425)	(8.717)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(82.239)	(76.056)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(4.756)	(4.934)
Perdas no valor de recuperação de ativos - Impairment	-	(75.072)
	(91.421)	(164.779)
Valor adicionado bruto	76.598	(99.032)
Depreciação e amortização	(1.856)	(5.866)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	74.742	(104.898)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - inclui variação monetária	40.367	49.355
Valor adicionado a distribuir	115.110	(55.543)
Distribuição do valor adicionado		
Tributos		
Federais	24.232	9.453
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros e variações monetárias	180	346
Acionistas		
Dividendos	-	-
Lucros retidos	-	-
Prejuízo do exercício	90.698	(65.342)
	90.698	(65.342)
Valor adicionado distribuído	115.110	(55.543)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Companhia e suas operações

A Baixada Santista Energia S.A. - BSE ("Companhia") foi constituída em 23 de março de 1999, tendo como objeto o desenvolvimento, financiamento, construção, operação e manutenção de usinas termelétricas, com o objetivo de produzir, comercializar, adquirir, exportar e importar energia elétrica e vapor das instalações, observados os termos e condições previstos na legislação aplicável.

A Companhia mantém transações relevantes com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ou Controladora, e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas Demonstrações Financeiras devem ser lidas neste contexto.

1.1. Geração de Energia

Em 21 de maio de 2008, a Petrobras cedeu à Companhia, Contrato de Arrendamento da Usina Termelétrica (UTE) Piratininga, localizada na capital paulista, firmado em 27 de abril de 2007 com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, que pertence ao governo do Estado de São Paulo. O contrato estabeleceu pagamentos anuais de R\$ 45.000 pelo período de 17 anos, até 2024.

A Companhia celebrou, em fevereiro de 2013, Contrato de Disponibilidade de Máquinas com sua Controladora cujo objeto é a disponibilização das Unidades Geradoras 3 e 4 (dois turbogeradores) da UTE Piratininga, com capacidade instalada de 95 MW cada, conforme Contrato de Concessão para geração de energia elétrica destinada a Serviço Público nº 001/2008, operando em ciclo combinado com as 4 Unidades Geradoras a gás natural da UTE Fernando Gasparian da Petrobras. O Contrato estabeleceu pagamentos mensais de R\$ 5.150, e vigência até 7 de julho de 2015.

Em função do término da outorga à BSE da concessão, em julho de 2015, e do Ministério de Minas e Energia não ter se posicionado sobre o assunto, a ANEEL manifestou-se pela prorrogação de 2 (dois) anos. O Contrato de Disponibilidade de Máquinas, conforme previsto contratualmente, foi prorrogado por mais 12 meses.

Em 1 de julho de 2017, foi firmado novo Contrato de Disponibilidade de Máquinas com a Petrobras que estabeleceu pagamentos mensais de R\$ 7.214, e vigência até 27 de abril de 2024.

1.2. Arrendamento mercantil

Em 3 de janeiro de 2011, a Companhia celebrou Contrato de Locação (considerado contabilmente como arrendamento mercantil financeiro) do Turbogenerador nº 2, com 159,9 MW - 234 MVA de potência, de sua propriedade, com a sua Controladora. Este contrato estabeleceu pagamentos semestrais de R\$ 11.100, pelo prazo de 17 anos, até 15 de novembro de 2024.

1.3. Comodato

Em 17 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Comodato do Turbogenerador nº 1, de sua propriedade, com 159,9 MW - 234 MVA de potência, com a sua Controladora - Petrobras, por 730 dias, com vigência até 19 de fevereiro de 2016 ("Contrato"). De acordo com o referido Contrato, a Petrobras estava obrigada a restituir o Turbogenerador em até 90 dias após o vencimento do prazo contratual, em perfeito estado de conservação e funcionamento, acrescido de todas as benfeitorias realizadas.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Contudo, o turbogerador continuou em uso pela Petrobras, na localidade de Alto do Rodrigues (RN), e a Companhia computou multa diária, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), prevista na cláusula 5.1 do Contrato, devido ao atraso na devolução do bem. Houve ainda a aplicação da penalidade de aluguel diário, prevista na cláusula 5.1.1 do Contrato, cuja base de cálculo incide sobre o valor do bem, que foi definido através de Laudo de Avaliação.

O aluguel diário no período compreendido entre 20 de abril de 2017 e 01 de dezembro de 2017, data em que foi firmado novo Contrato de Comodato com vigência até 01 de dezembro de 2019, no montante total de R\$ 32.009 foi recebido no exercício de 2018 conforme nota explicativa 18.

A Diretoria solicitou ao Presidente do Conselho de Administração a convocação de Assembleia Geral de Acionistas para deliberar sobre a solicitação da Petrobras no sentido de interromper o cômputo da multa diária e do aluguel diário. Contudo, o Conselho de Administração entendeu pelo acolhimento do pleito da Petrobras, sem submeter a proposta à deliberação da Assembleia Geral.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil.

A Diretoria da Companhia, em reunião realizada em 14 de novembro de 2018, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas financeiras e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

6. Principais políticas financeiras

As políticas financeiras descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

6.1. Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas em crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia reconhece as perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. A perda é reconhecida no resultado.

6.2. Imobilizado

São mensurados pelo custo de aquisição ou construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, custos de empréstimos capitalizados, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

O ativo imobilizado da companhia é composto por dois conjuntos turbogeradores, sendo que um está arrendado para a Petrobras (nota explicativa 1.2) e o segundo está cedido em comodato (nota explicativa 1.3).

6.3. Diferido

A Companhia manteve o saldo de ativo diferido de 31 de dezembro de 2008, que continuará a ser amortizado pelo prazo de 10 anos, e sujeito ao teste de redução do valor recuperável de ativos (*impairment*), em conformidade com a Lei 11.941/2009. Decorre de gastos pré-operacionais, que começaram a ser amortizados a partir de 2011, em função da celebração do contrato de arrendamento mercantil (nota explicativa 11).

6.4. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do diferido com vida útil definida, quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado pela Petrobras, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

6.5. Arrendamentos mercantis

(i) Determinação quando um contrato contém arrendamento

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

(ii) Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

(iii) Pagamento dos arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

6.6. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos incluindo benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém são objetos de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

6.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores financeiros de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

6.8. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

6.9. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida, ou a receber pela comercialização de energia, arrendamento mercantil e disponibilidade de máquinas, líquidos dos descontos, impostos e encargos.

A receita com arrendamento mercantil é reconhecida no resultado em base mensal, conforme contrato celebrado entre arrendadora e arrendatária.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, receita do arrendamento, além das variações monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

6.10. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela empresa até 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

7.1. International Accounting Standards Board (IASB)

IFRS 9-Instrumentos Financeiros

A partir de 1º de Janeiro de 2018, entrou em vigor o pronunciamento *International Financial Reporting Standard 9 - Financial Instruments* (IFRS 9), emitido pelo IASB em substituição ao pronunciamento IAS 39 - *Financial Instruments: Recognition and Measurement*.

O IFRS 9 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de hedge e divulgação.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Em geral, uma entidade deve aplicar o IFRS 9 retrospectivamente, conforme o IAS 8 - *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*. No entanto, existem exceções a essa forma de aplicação inicial, previstas nas disposições transitórias do IFRS 9, de maneira que a reapresentação de períodos anteriores não é compulsória quando da adoção inicial do pronunciamento. A Empresa não pretende reapresentar períodos anteriores em função da aplicação inicial do IFRS 9.

Classificação e mensuração

O IFRS 9 estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

A empresa não prevê impactos materiais na classificação e mensuração de seus ativos financeiros quando da adoção inicial do IFRS 9.

Modificação de fluxo de caixa contratual

O IFRS 9 estabelece que se um instrumento financeiro mensurado a custo amortizado tiver seus termos modificados e essa modificação não for substancial, seu saldo contábil deverá refletir o valor presente descontado dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento quando da modificação dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior à modificação, deve ser reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício. Em razão desse novo requerimento, a empresa espera alterar sua política contábil aplicando os requerimentos de transição permitidos pelo IFRS 9.

Perda no valor recuperável (*Impairment*)

O modelo estabelecido pelo IFRS 9 para reconhecimento de *impairment* é baseado nas perdas de crédito esperadas, substituindo o modelo estabelecido pelo IAS 39 que é baseado nas perdas de crédito incorridas. A empresa aplicou a nova metodologia na data base de 31 de dezembro de 2017 e não identificou perdas adicionais relevantes de *impairment* sobre ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 - Receitas de Contrato com Clientes

A partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor o pronunciamento *International Financial Reporting Standard 15 - Revenue from Contracts with Customers* (IFRS 15). Este pronunciamento emitido pelo IASB substitui uma série de pronunciamentos e interpretações, incluindo o pronunciamento IAS 18 - *Revenue*.

O objetivo do IFRS 15 é estabelecer os princípios que devem ser aplicados para que sejam apresentadas informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente, o que inclui maiores requerimentos de divulgação. Esse pronunciamento deverá ser aplicado a todos os contratos com clientes, exceto quando a transação envolver permutas não monetárias entre entidades na mesma linha de negócios para facilitar vendas a clientes ou clientes potenciais, ou, quando a transação estiver no escopo de outro pronunciamento.

Os requerimentos do IFRS 15 estabelecem uma abordagem abrangente para determinar quando (ou a que medida) e por quais montantes receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas. Especificamente o novo pronunciamento traz um modelo composto pelas cinco etapas a seguir:

- 1) identificação do contrato com o cliente;
- 2) identificação das obrigações de desempenho;
- 3) determinação do preço da transação;
- 4) alocação do preço às obrigações de desempenho;
- 5) reconhecimento quando (ou enquanto) a obrigação de desempenho é satisfeita.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando (ou à medida que) o cliente obtém o controle sobre o bem ou serviço prometido.

Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRS 15, uma entidade deverá aplicar o pronunciamento:

(i) retrospectivamente, a cada período anterior conforme o IAS 8 e sujeito a determinados expedientes práticos ou, (ii) retrospectivamente, com os efeitos cumulativos da aplicação inicial do pronunciamento reconhecidos na data de sua aplicação inicial. A Empresa pretende aplicar a segunda abordagem a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo que não foram identificados efeitos cumulativos a serem reconhecidos nessa data.

IFRS 16 - “Arrendamento Mercantil”

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 - *Leases* (IFRS 16), que vigorará para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: *IAS 17 - Leases*; *IFRIC 4 - Determining whether an Arrangement contains a Lease*; *SIC-15 - Operating Leases - Incentives*; e *SIC-27 - Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease*.

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Esse pronunciamento deverá ser aplicado a todos os contratos de arrendamento mercantil, exceto:

- Arrendamentos para explorar ou usar minerais, petróleo, gás natural e recursos não renováveis similares;
- Arrendamentos de ativos biológicos dentro do alcance do IAS 41 - *Agriculture* mantidos por arrendatário;
- Acordos de concessão de serviço dentro do alcance da IFRIC 12 - *Service Concession Arrangements*;
- Licenças de propriedade intelectual concedidas por arrendador dentro do alcance do IFRS 15; e
- Direitos detidos por arrendatário previstos em contratos de licenciamento dentro do alcance do IAS 38 - *Intangible Assets* para itens como: filmes, gravações de vídeo, reproduções, manuscritos, patentes e direitos autorais.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros.

Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17. A empresa está avaliando os impactos da adoção do IFRS 16 que poderá causar um aumento de ativos e passivos no seu balanço patrimonial, DRE e notas explicativas, assumindo o contrato de arrendamento hoje existente com a EMAE.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

8. Contas a receber

	2017	2016
Clientes		
Terceiros	1.637	1.847
Partes relacionadas (nota explicativa 9)		
Arrendamento mercantil (e)	103.065	104.550
Reembolso de encargos setoriais (a)	1.720	30.099
Disponibilidade de máquinas (d)	7.215	-
Outras contas a receber	-	1.580
Aluguel diário (b)	32.010	-
Recebíveis de ativo financeiro (c)	91.049	6.153
	236.696	144.229
Circulante	139.395	43.975
Não circulante	97.301	100.254

a) Reembolso de encargos setoriais

Refere-se ao reembolso dos encargos de transmissão Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT e Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST pagos pela BSE, e cobrados da Petrobras, mediante previsão contratual.

b) Aluguel diário

Refere-se à aluguel diário, previsto no contrato de comodato do equipamento turbogerador, celebrado com a Petrobras (nota explicativa 1.3).

c) Recebíveis de ativos financeiros

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "empréstimos e recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

d) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil operacional (sem transferência de riscos e controles)

Representado pelo contrato de disponibilidade de máquinas, relacionados a dois turbogeradores vinculados à Usina Termoelétrica Piratininga, celebrado em janeiro de 2013, com efeito retroativo a abril de 2012, e vencimento em Novembro de 2024. As parcelas mensais de R\$ 5.150 estão sujeitas à variação do índice de Preço ao Consumidor IPCA.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

e) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles)

Representados, pelo Contrato de Locação (considerado contabilmente como arrendamento mercantil financeiro) do Turbogenerador nº 2, celebrado com a Petrobras. O contrato tem vigência até 15/11/2024, 5066 dias contados da assinatura do contrato, com parcelas vencíveis semestralmente, corrigido pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. O saldo do valor presente dos recebimentos mínimos por vencimento está composto da seguinte forma:

Compromissos Estimados	Recebimentos		
	Valor Futuro	Juros Anuais	Valor
2018	34.002	(28.237)	5.765
2019 - 2020	68.004	(50.655)	17.350
2021 em diante	136.009	(56.058)	79.951
Em 31 de dezembro de 2017	238.015	(134.950)	103.065
Circulante	34.002	(28.237)	5.765
Não circulante	204.013	(106.713)	97.301

Compromissos Estimados			Valor
	Valor Futuro	Juros Anuais	
2017	33.075	(28.779)	4.296
2018 - 2020	99.225	(76.741)	22.484
2021 em diante	132.999	(54.529)	77.770
Em 31 de dezembro de 2016	264.599	(160.049)	104.550
Circulante	33.075	(28.779)	4.296
Não circulante	231.524	(131.270)	100.254
Em 31 de dezembro de 2016	264.599	(160.049)	104.550

A Companhia classifica as parcelas recebidas do arrendamento como atividade de financiamento por entender que a operação se trata de uma venda financiada.

f) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil operacional (sem transferência de benefícios, riscos e controles)

Representado pelo contrato de disponibilidade de máquinas, relacionados a dois turbogeradores, vinculados à Usina Termoelétrica Piratininga, celebrado em fevereiro de 2013, com efeito retroativo a abril de 2012, e vencimento em 15 de novembro de 2024.

9. Partes relacionadas

9.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia segue a política de transações com partes relacionadas da Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Petrobras	
	2017	2016
Ativo		
Circulante		
Arrendamento mercantil financeiro do turbogerador (nota explicativa 8.e)	5.765	4.296
Contrato de disponibilidade de máquinas (nota explicativa 8.d)	7.215	-
Reembolso de encargos setoriais (nota explicativa 8.a)	1.720	30.099
Multa contratual	-	1.580
Aluguel diário (nota explicativa 8.b)	32.010	-
	46.710	35.975
Não circulante		
Contas a receber por arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa 8.e)	97.301	100.254
	144.011	136.229
Resultado		
Receita de arrendamento mercantil financeiro	19.317	19.991
Receita de disponibilidade de máquinas / aluguel / reembolso	168.019	65.748
Reembolso de encargos setoriais	9.325	30.099
Atualização monetária ativa sobre arrendamento financeiro	12.223	15.108
	208.884	130.946

9.2. Remuneração dos administradores da Companhia

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não houve despesa com a remuneração dos administradores na Companhia. A remuneração é realizada pela sua controladora.

10. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se, ao encargo semestral antecipado à Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, relativo ao contrato firmado de arrendamento operacional dos ativos da Usina Termelétrica Piratininga.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

11. Diferido

	Gastos pré-operacionais
Saldo em 31 de dezembro de 2015	9.281
Amortização	(1.856)
Saldo em 01 de dezembro de 2016	7.425
Amortização	(1.856)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.569

12. Imposto de renda e contribuição social

	Ativo Circulante		Ativo não Circulante (i)		Passivo Circulante	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Imposto de renda	11.400	24.734	30.072	9.517	1.503	-
Contribuição social	1.730	3.699	5.848	2.438	934	-
	13.130	28.433	35.920	11.955	2.437	-

(i) Refere-se ao IRPJ e CSLL retidos dos exercícios de 2008 à 2011, o qual foi objeto de pedido de restituição junto à Secretaria da Receita Federal.

13. Impostos e contribuições

	Ativo Circulante		Passivo circulante	
	2017	2016	2017	2016
PIS/COFINS	1.465	5.472	2.384	-
Outros impostos	74	74	3	4
	1.539	5.546	2.387	4

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Arrendamento mercantil financeiro		Total
	Imobilizado	Contas a receber	
Em 01 de janeiro de 2016	(18.758)	25.964	7.206
Reconhecido no resultado do exercício	950	1.918	2.868
Em 31 de dezembro de 2016	(17.808)	27.882	10.074
Reconhecido no resultado do exercício	950	671	1.621
Em 31 de dezembro de 2017	(16.858)	28.553	11.695

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A administração considera que as obrigações fiscais diferidas serão realizadas na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2017, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Ativos	Passivos
2018 em diante	-	11.695
Parcela registrada contabilmente	-	11.695
Parcela não registrada contabilmente	-	-
Total	-	11.695

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, sobre a qual não houve constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo. A administração da Companhia vem monitorando a geração de lucro nas operações, a partir da celebração do contrato de disponibilidade de máquinas, objetivando avaliar a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

15. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	2017	2016
Lucro antes dos impostos	99.442	(62.173)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(33.810)	21.139
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	21.034	(5)
Arrendamento financeiro	945	1.058
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição	3.063	139
Exclusões/(Adições) temporárias, líquidas - impairment	-	(25.525)
Outros	24	24
Compensação de imposto de renda e contribuição social diferida ativa	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(8.744)	(3.169)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.621)	(2.868)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.123)	(301)
	(8.744)	(3.169)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	9%	(5)%

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 297.136, está representado por 297.136.068 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

16.2. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

16.3. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. O estatuto prevê que o Conselho de Administração poderá aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2017 será encaminhada pela administração da Baixada Santista à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2018, no montante de R\$ 21.930, atendendo aos direitos garantidos aos acionistas.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Demonstração do lucro básico para cálculo de dividendos:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	90.698	(65.342)
Apropriação:		
Prejuízo acumulado	(67.613)	-
Reserva legal	(1.154)	-
Lucro básico para determinação do dividendo	21.931	(65.342)
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	5.483	-
Dividendos adicionais propostos	16.448	-
Total de dividendos propostos	21.931	-

16.4. Resultado por ação

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas	90.698	(65.342)
Quantidade de ações	297.136.068	297.136.068
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária- (R\$ por ação)	0,31	(0,22)

17. Receitas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita bruta de disponibilidade de máquinas (a)	126.810	39.542
Encargos sobre contrato de disponibilidade de máquinas	(11.730)	(3.658)
Receita líquida	115.080	35.884

(a) Receita bruta de disponibilidade de máquinas

A Companhia celebrou, em fevereiro de 2013, Contrato de Disponibilidade de Máquinas com sua Controladora cujo objeto é a disponibilização das Unidades Geradoras 3 e 4 (dois turbogeradores) da UTE Piratininga, com capacidade instalada de 95 MW cada, conforme Contrato de Concessão para geração de energia elétrica destinada a Serviço Público nº 001/2008, operando em ciclo combinado com as 4 Unidades Geradoras a gás natural da UTE Fernando Gasparian da Petrobras. O Contrato estabeleceu pagamentos mensais de R\$ 5.150, e vigência até 7 de julho de 2015. No mesmo mês, em função do término da outorga à BSE da concessão, e do Ministério de Minas e Energia não ter se posicionado sobre o assunto, a ANEEL manifestou-se pela prorrogação de 2 (dois) anos. O Contrato de Disponibilidade de Máquinas, conforme previsto contratualmente, foi prorrogado por mais 12 meses.

Durante o período de 06/2016 até 07/2017 a companhia manteve negociação com a Petrobras e em 1 de julho de 2017, foi firmado novo Contrato de Disponibilidade de Máquinas com a Petrobras com vigência até 27 de abril de 2024. Assim, na data de assinatura e em linha com o contrato firmado entre as partes, a companhia efetuou o registro dos valores relativos ao período de negociação, onde, a composição da conta se encontra abaixo:

2016 - R\$ 41.338

2017 - R\$ 85.472

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

18. Custo e despesa por natureza

	2017	2016
Arrendamento mercantil da UTE Piratininga	(80.902)	(75.437)
Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	-	(75.072)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(4.425)	(8.717)
Serviços, fretes, aluguéis e encargos gerais	(278)	(471)
Depreciação e amortização	(1.856)	(5.866)
PIS/COFINS sobre arrendamento financeiro, aluguel e outras receitas	(7.966)	(6.944)
Administrativas	(988)	-
Reembolso de encargos de uso de sistema de transmissão	9.200	26.205
Receita de Aluguel (a)	32.009	-
Outros	(619)	(764)
	(55.825)	(147.066)
Na Demonstração do Resultado		
Custo de arrendamento da UTE Piratininga	(85.327)	(84.153)
Gerais e administrativas	(3.193)	(6.486)
Tributárias	(8.514)	(7.560)
Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	-	(75.072)
Outras receitas operacionais, líquidas	41.209	26.205
	(55.825)	(147.066)

(a) Receita de aluguel

Em 17 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Comodato do Turbogenerador nº 1, de sua propriedade, com 159,9 MW - 234 MVA de potência, com a sua Controladora - Petrobras, por 730 dias, com vigência até 19 de fevereiro de 2016 ("Contrato"). De acordo com o referido Contrato, a Petrobras estava obrigada a restituir o Turbogenerador em até 90 dias após o vencimento do prazo contratual, em perfeito estado de conservação e funcionamento, acrescido de todas as benfeitorias realizadas.

Contudo, o turbogenerador continuou em uso pela Petrobras, na localidade de Alto do Rodrigues (RN), e houve a aplicação da penalidade de aluguel diário, prevista na cláusula 5.1.1 do Contrato, cuja base de cálculo incide sobre o valor do bem, que foi definido através de Laudo de Avaliação.

O valor registrado em 2017 refere-se ao aluguel diário correspondente ao período de 19/02/2016 até 20/04/2017, sendo R\$ 23.763 referente exercício de 2016 e R\$ 8.246 ao exercício de 2017.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

19. Resultado financeiro líquido

	2017	2016
Juros sobre impostos e fornecedores	(180)	(346)
Receita de arrendamento mercantil financeiro do turbogerador	19.317	19.991
Receitas com recebíveis de ativos financeiros	3.795	5.372
Atualização monetária ativa sobre arrendamento financeiro do turbogerador	12.223	15.107
Atualização monetária sobre impostos e contribuições a recuperar	5.032	8.885
Resultado financeiro líquido	40.187	49.009
Receitas	23.112	25.363
Despesas	(180)	(346)
Variações monetárias, líquidas	17.255	23.992
	40.187	49.009

20. Passivo Contingente

20.1. Passivo contingente

Natureza	Estimativa
Cível	1.665
Execução Fiscal	54.177
	55.842

O quadro a seguir detalha a principal causa de natureza cível, cuja expectativa de perda está classificada como possível:

a) Processo de natureza cível

Descrição do processo de natureza cível	Estimativa
Autor: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	
1) Auto de infração pela conservação inadequada de bens e instalações da Usina Termelétrica Piratininga, da qual a Companhia é concessionária.	
Situação atual: Considerando que a BSE não logrou êxito na esfera administrativa, foi impetrado ação ordinária com pedido de liminar para a suspensão da exigibilidade da multa.	1.665

b) Execução Fiscal

	Estimativa
Autor: Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	
A execução fiscal tem por objeto supostas infrações cometidas pelo contribuinte no Processo Administrativo Fiscal nº 10845.725847/2015-5.	
Situação atual: A BSE deu-se por citada em 06/09/2017 e ofereceu Seguro Garantia para o fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário exequendo.	
A Fazenda Nacional se manifestou pela aceitação da garantia. Aguarda-se a lavratura de termo de caução para posterior apresentação de Embargos à Execução Fiscal.	54.177

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

21.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Durante os exercícios de 2017 e 2016 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	11	10
Contas a receber, líquidas	139.395	43.975
	<u>139.406</u>	<u>43.985</u>
Não circulante		
Contas a receber, líquidas	97.301	100.254
	<u>236.707</u>	<u>144.239</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	3.696	1.157
	<u>3.696</u>	<u>1.157</u>

21.1.1. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores financeiros.

21.2. Gerenciamento de riscos

A gestão da Companhia é realizada por seus Administradores (Diretores e Conselheiros de Administração), com base em seu Estatuto Social e na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua Controladora, a Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos empresariais e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos e financeiros, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

21.2.1. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras.

21.2.2. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalente de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua Controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua Controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

O risco de crédito associado ao contas a receber do Contrato de Locação (considerado contabilmente como arrendamento mercantil financeiro) do Turbogenerador nº 2 é atenuado por possuir como único cliente, sua Controladora, a Petrobras.

21.2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros, ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia utiliza seus recursos, basicamente com despesas de locação, necessárias ao negócio. Os recebíveis da Companhia estão concentrados na sua Controladora, a Petrobras, que é o único cliente.

21.3. Seguros

Para proteção de seu patrimônio a Companhia transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

21.4. Risco operacional

Devido a Companhia não possuir quadro de pessoal próprio, e depender da Controladora, Petrobras, para a execução das suas atividades e seus processos administrativos e financeiros, há o risco de paralisação das atividades da Companhia, em caso de eventuais interrupções de atividades na Controladora, como os decorrentes de mobilizações sindicais, greves ou outros eventos.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcio Flávio Amaral de Souza
Presidente

Allison Lima Brandão
Conselheiro

Cidney Arantes Carrasquel Coelho
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

MARCOS GRATACÓS NOBREGA
Diretor Técnico

EDMUNDO JOSE CORREIA AIRES
Diretor Administrativo

DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA.

CRC-RJ 001.137/O-0

LUCIANA DOS SANTOS UCHÔA

Contadora

CRC 081003/O-8